

Sumário

AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	13
Plano do trabalho	13
O que é a justiça transicional?	16
Modelos de justiça transicional na análise comparativa	20
A singularidade da transição portuguesa para a democracia	23
O processo de justiça política relativa aos elementos da PIDE/DGS	34
Notas	38
CAPÍTULO I A JUSTIÇA TRANSICIONAL: DO PÓS-SEGUNDA GUERRA AOS ANOS 70 NA EUROPA	41
Justiça no pós-Segunda Guerra Mundial: de 1942 a 1945	42
Os julgamentos de Nuremberga	47
Os julgamentos de Dachau e os processos «próximos» ou «aparentados»	50
O julgamento de Tóquio, purgas e Direitos Humanos	54
A queda das ditaduras da Europa do Sul nos anos 70 do século xx.	58

A «reeducação» dos «comprometidos», em Moçambique . . .	80
Comissões de Verdade e Reconciliação:	
o caso da África do Sul	82
Notas.	86
CAPÍTULO II A JUSTIÇA TRANSICIONAL: NA AMÉRICA LATINA E NOS ANOS PÓS-GUERRA FRIA	91
Vaga de transições a partir do final dos anos 80 do século xx.	91
Transições para a democracia na América Latina	93
Notas.	136
CAPÍTULO III A QUEDA DA DITADURA EM PORTUGAL E O DESTINO DA PIDE/DGS.	143
O 25 de Abril e a PIDE/DGS	144
O que sabiam a CIA, o KGB e outros serviços secretos europeus?	153
A apresentação da Junta de Salvação Nacional.	161
Porque não foi a PIDE/DGS um dos primeiros alvos?.	163
O cerco à sede da DGS e a rendição da polícia política.	169
O desmantelamento da polícia política	179
A libertação dos presos políticos.	184
O fim das sedes da DGS e a libertação dos pides no Porto.	190
Do golpe de Estado à explosão popular	194
Notas.	196
CAPÍTULO IV A COMISSÃO DE EXTINÇÃO DA PIDE/DGS. 1974	205
Um longo mês de maio e a atitude da Ordem dos Advogados	205
Reforma das polícias?	210
O que foi feito ao «peixe graúdo»?	211
A libertação dos presos políticos e o fim da DGS nas colónias	214
Lutas entre protagonistas militares e os partidos políticos face ao regime deposto	220

A criação da Comissão de Extinção da PIDE/DGS	223
A descoberta da Aginter Press e dos assassinos de Humberto Delgado	226
Notas	232
CAPÍTULO V A ATIVIDADE DA COMISSÃO DE EXTINÇÃO DA PIDE/DGS ATÉ 1975	236
O chumbo do «plano Palma Carlos»	236
A ação do general Galvão de Melo à frente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS	238
Nova reunião de advogados na OA	240
A PIDE/DGS e a sua rede de informadores	241
O motim dos pides na Penitenciária de Lisboa	245
A AEPPA: condenar a PIDE/DGS e levar a julgamento os seus agentes	250
Os Arquivos da PIDE/DGS	252
A libertação de elementos da DGS e de governantes da ditadura	261
A manifestação da «Maioria Silenciosa» e as suas consequências	262
O Copcon e o destino dos ministros que tutelavam a DGS	265
A saída de Galvão de Melo e de Conceição e Silva da Comissão de Extinção da PIDE/DGS	268
O último trimestre de 1974	272
Prisão dos ex-ministros do Interior da ditadura	276
Exigência de uma legislação revolucionária e o memorando do SCE da PIDE/DGS	278
A reunião do Conselho de Estado	279
Notas	285
CAPÍTULO VI A CRIMINALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PIDE/DGS NO ANO DO PREC ATÉ AO 25 DE NOVEMBRO	292
A Lei n.º 3/75: ampliação dos poderes da JSN	292
Figuras do anterior regime e um pedido de sindicância à Comissão de Extinção	295
O ELP, os «spínolistas» e o 11 de Março	296

A «institucionalização» do MFA e a criação do Conselho da Revolução	304
Outras consequências do 11 de Março e reações partidárias	309
O Pacto MFA-Partidos, em meses repletos de acontecimentos	312
Problemas na Comissão de Extinção e a fuga de Alcoentre	314
A Lei n.º 8/75 incrimina os elementos da PIDE/DGS	318
Em clima de «Verão Quente» e de «planite aguda»	320
O VI Governo Provisório.	332
O memorando do Serviço de Extinção da PIDE/DGS e LP, de outubro de 1975	334
Críticas a Rosa Coutinho e relatório final da Comissão Liquidatária da PIDE/DGS	337
O 25 de Novembro de 1975.	338
Notas.	345

CAPÍTULO VII SOUSA E CASTRO NA TUTELA

DA COMISSÃO DE EXTINÇÃO E AS LIBERTAÇÕES DOS ELEMENTOS DA PIDE/DGS. 1976	351
Alterações no processo de justiça de transição	351
Rodrigo Sousa e Castro na Comissão de Extinção	353
Balanço da comissão liquidatária da PIDE/DGS e reanálise dos saneamentos	358
Libertação dos elementos presos da ex-PIDE/DGS.	359
O fascismo nunca existiu? Ribeiro Faria e a qualificação de «colonial-fascista»	365
A discussão sobre os tribunais na Assembleia Constituinte	368
Justiça na Constituição de 1933 e no texto constitucional de 1976	372
E os tribunais comuns, como funcionavam durante o PREC? Um exemplo	381
O debate sobre a localização na Constituição de 1976 da justiça de transição.	387

A aprovação da Constituição e as eleições para a Assembleia da República	394
O balanço de Sousa e Castro à frente da Comissão de Extinção	398
A busca à casa e a morte de Fernando Oneto	401
O general Ribeiro Faria responde às críticas.	403
Mário Soares, o julgamento dos elementos da PIDE/DGS e Francisco Salgado Zenha	405
Notas.	408

CAPÍTULO VIII DOS PRIMEIROS JULGAMENTOS

AO FIM DE UM PROCESSO DE JUSTIÇA INACABADO, ENTRE A SEGUNDA METADE DE 1976 E 1981	414
Sousa e Castro no banco dos réus?	414
A pretensa inconstitucionalidade da Lei n.º 8/75 e o juiz Barata do 2.º TMT	420
O julgamento do caso do assassinato de José Dias Coelho, entre outros	423
A direita e a extrema-direita reagem	425
1977: o ano de todas as libertações.	426
Os julgamentos de Adelino Tinoco, Madalena Oliveira, Sílvio Mortágua e José Gonçalves	432
Uma política de «reconciliação»?	434
O Tribunal Cívico Humberto Delgado	436
De novo, a discussão sobre as incapacidades eleitorais	438
O julgamento do caso Delgado	439
Libertações de dirigentes da DGS e o regresso de Américo Tomás a Portugal	448
Continuação do julgamento do caso Delgado e as declarações de Rosa Casaco	450
O processo de reabilitação de elementos da PIDE/DGS	453
Indemnizações do Estado por prisão indevida	457
A sentença do caso Delgado	459
Notas.	468

CAPÍTULO IX	EPÍLOGO	475
	Dos saneamentos à sua reconversão reabilitadora	475
	O destino dos arquivos da PIDE/DGS e da Comissão de Extinção	490
	Dos 10 anos do 25 de Abril ao fim da Comissão de Extinção	495
	O término da Comissão de Extinção da PIDE/DGS	498
	No 20.º aniversário do 25 de Abril: abertura dos arquivos e justiça de reparação	501
	Memória e opinião pública: do 20.º ao 40.º aniversário do 25 de Abril.	510
	Notas.	519
CONCLUSÕES		525
	Houve em Portugal um processo de justiça transicional?	531
	Os arquivos da PIDE/DGS	543
	Memória e História	547
	Quatro fases da memória	550
	E em Portugal, como evoluiu a memória do passado ditatorial e da PIDE/DGS?	554
	Notas.	559
APÊNDICE I		561
APÊNDICE II		609
SIGLAS		638
BIBLIOGRAFIA		644